



C B H - B S  
comitê da bacia  
hidrográfica da  
baixada santista

## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DA BAIXADA SANTISTA

### ATA EXECUTIVA CBH-BS 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2020

Data: 29 de junho de 2021, às 14h00

Local: Videoconferência (Deliberação CBH-BS nº373 de 02/06/2020, referendada em 21/07/2020)

#### Representantes:

##### Segmento Governo do Estado de São Paulo

Sidney Felix Caetano - DAEE – Secretário Executivo do CBH-BS  
Ricardo Kenji Oi - DAEE  
Sandra Jules – SIMA  
Maria Emília Botelho (CETESB)  
Maria Fernanda Pelizzon Garcia (CETESB)  
Eliane Maria Marques Mancilha Garcia (SEC. SAÚDE)  
Márcio Aurelio de Almeida Quedinho (SDR)

##### Segmento Sociedade Civil Organizada

Celso Garagnani (Rotary Clube de Cubatão)  
Nelson Antonio Portéro Junior –(Assoc. Engºs, Arqtº e Agron. Bertioga)  
Valdir Felisberto de Souza (LAR DAS MOÇAS CEGAS)  
Antonio Xavier de Cantalice (Assoc. Habit. Amb e Social Teto e Chão da Baixada Santista)  
Valeria Margareth de Campos Verde Valadão (ANDES)  
Oswaldo Americano Godoy (Associação dos Amigos da Riviera São Lourenço)  
Lucas Branco de Carvalho (Consciência pela Cidadania – Concidadania)  
Ricardo Salgado E Silva (CIDE Centro de Integração e Desenvolvimento Empresarial da Baixada Santista)  
Adriana Florentino de Souza – UNISANTOS  
Renan B. Ribeiro – Inst. Sup. Educ. Santa Cecília  
Roberto Fioravanti Corelli Fontes (UNESP)  
Fabrício Gandini Caldeira (Instituto Maramar para o Manejo Responsável dos Recursos Naturais)  
Maria Amélia de Araújo (Associação dos Engenheiros e Arquitetos de São Vicente)  
Luciana Schlindwein Gonzalez Ordem dos Advogados do Brasil 2ª. Subsecção Santos)

##### Segmento Municípios

Rui Lemos Smith (P M de PRAIA GRANDE)  
Sandro Mastellari (P M de GUARUJÁ)  
Fernando Almeida Poyatos (P M de PERUÍBE)  
Antonio Bento Alves (P M de PERUÍBE)  
Marcio Gonçalves Paulo (P M de SANTOS)  
Marcia Trindade Jovito (P M de SÃO VICENTE)



CBH - BS  
comitê da bacia  
hidrográfica da  
baixada santista

## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DA BAIXADA SANTISTA

No dia 29 de junho de 2021, iniciou-se a 59ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista-CBH-BS pelo sistema de Videoconferência. Composta a mesa Diretora por Nelson Antonio Portéro Junior –(Assoc. Engºs, Arqtº e Agron. Bertioga) Vice-Presidente, que por ora assume a Presidência e o Secretário Executivo Sidney Felix Caetano (SIMA-DAEE). **01- Abertura.** O Presidente agradeceu a presença de todos. Constatado quórum deu início aos trabalhos. O Sr. Rui (P M de Praia Grande) justifica a ausência da Presidente do Comitê po conta do aniversário da cidade. 03) Comunicados da Secretaria Executiva; **02 – Leitura e aprovação das atas da 1ª Reunião Extraordinária de 22 de abril de 2021:** Após solicitação de dispensa de leitura, a Ata foi aprovada por unanimidade. **03- Comunicados:** O Secretário Executivo solicita a inserção da Deliberação 396 Ad Referendum na Pauta, que se trata da Presidente do CBH-BS, que foi escolhida para representar a Baixada Santista no CONESAN, que foi aprovado por unanimidade. Também comunicou sobre a Deliberação COFEHIDRO Ad Referendum 236 de 17 de Maio de 2021, que altera a liberação do COFEHIDRO nº 233 de 16 de Março de 2021, e prorroga os prazos para a liberação de primeira parcela dos contratos celebrados no ambito FEHIDRO. Também da Deliberação COFEHIDRO Ad Referendum nº 235 de 22 de abril de 2021, e restaura indicação do Comitê na Baixada Santista referente ao contrato FEHIDRO nº 018/2019. A Representante da CETESB fez informes a respeito da retomada do Curso de Mudanças Climáticas, reforçou a importância da participação de todos. Coordenadora da CET-EAD informou a nova composição da CET-EAD da Baixa Santista, que foi dado início à campanha pelo FUNBEA de uso racional da água. Também comunou que foi indicada para paritcipar do Conselho de Recursos Hídricos da CETEA. **04 - Deliberações:** a) **Deliberação CBH-BS nº 393** – Que trata do ajuste no cronograma, Sr. Ricardo Oi fez a explanação, aprovada por unanimidade. b) **Deliberação CBH-BS nº 394** – -"Indica Prioridade de Investimentos do CBH-BS ao FEHIDRO com Recursos da COBRANÇA, para o exercício de 2021 Sr. Ricardo Oi fez a explanação, aprovada por unanimidade . C) Deliberação 395, que indica a prioridade em investimento e compensação financeira dos recursos de FEHIDRO, aprovada por unimidade. D) Deliberação 396, que referenda a Presidente do CBH-BS, a Prefeita Raquel como Delegada do Grupo 3 do Litoral Norte e Baixada Santista no CONESAN. Sr. Celso (Rotary Clube de Cubatão) solicita que deveria estar claro no artigo primeiro Delegada no terceiro grupo como suplente. A Deliberação 396 foi aprovada por unanimidade com a redação do jeito que foi publicada. **5 - Assuntos gerais** - Sr. Fabrício (Instituto Maramar) destacou a importância da participação do grupo indígena, sobretudo porque isso está considerado na decisão judicial, que precisa ser resolvido de forma clara e transparente, pedindo que o colegiado trate da matéria como deve, e ajustar o Estatuto. *“Sra. Luciana: Boa tarde a todos, gostaria comunicar a CEJUR fez uma reunião na semana passada, nós abordamos alguns aspectos, inclusive não da parte indígena, mas da paridade, da igualdade mencionada pelo Fabrício. Mas como a CEJUR nasce e existe e por conta de verificar e ajustar as regras, para isso que estamos trabalhando, nós levantamos as seguintes questões na reunião e caso nós não possamos avaliar nesta reunião plenária, nós vamos sugerir que isso seja pautado na próxima reunião plenária, porque são questões, como o Fabrício mencionou, que eles atacam inclusive a validade dos atos do Comitê. Então, estamos falando de coisas de coisas absolutamente relevantes que podem colocar em xeque e serem declarados nulos os nossos atos aqui nesta plenária. Então, por conta disto, o que nós levantamos na reunião, foi em primeiro lugar, são alguns pontos, eu vou falar e depois abrimos a palavra. Mas são alguns, **um deles** que a composição das Câmaras Técnicas e das Comissões elas devem seguir a ordem liminar à medida que nenhuma Sub-Câmara, nenhum Sub-Grupo pode contrariar naquilo que o Comitê é exigido. Então, se a regra do Estatuto está suspensa, se a liminar disse que as votações serão paritárias, um dos pontos levantados foi seguir que a composição das Câmaras levariam o mesmo critério 50% e 50%, **este é o ponto um.** Ponto dois, relacionado à **Deliberação 40/96, que cria***



C B H - B S  
comitê da bacia  
hidrográfica da  
baixada santista

## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DA BAIXADA SANTISTA

as Câmaras Técnicas, no seu artigo segundo, paragrafo primeiro, a redação diz o seguinte: “Que as entidades indicarão titulares e respectivos suplentes.” Então dessa redação, e aí estamos fazendo aqui uma análise técnica/jurídica, talvez quem seja da área jurídica vai entender o que estamos tentando explicar aqui, que por esta redação as entidades indicarão titulares e respectivos suplentes, as Câmaras Técnicas teriam titulares e respectivos suplentes da mesma entidade, não precisaria ser assim se possamos alterar esta Deliberação, mas o que eu pleiteio, que colocamos em votação na plenária, se vai continuar da forma que está, e aí as entidades vão indicar titular e respectivo suplente. Ou o que acho também pode trazer mais democracia a questão da Sociedade Civil, é arrumarmos esta regra aqui, por esta regra o entendimento é de que titular e suplente serão da mesma entidade. Então o que podemos fazer? Podemos conversar e colocar na pauta da próxima plenária se vamos manter como está, ou se vamos mudar esta regra para que seja abrangido Sociedade Civil, que possa ser de entidades diferentes o suplente em relação ao titular. Então é o segundo ponto. **O terceiro e quarto pontos** estão vinculados, o terceiro ponto que eu gostaria de mencionar está relacionado à ação civil pública, a liminar que estamos submetidos, independente de ter razão ou não ter razão, o fato é que essa ação civil pública está parada, o contrário do que mencionou o Procurador aqui, a ação civil publica que estava caminhando com agravo é aquela ação de Piracicaba e etc. A nossa ação aqui está parada aguardando o prazo de defesa para o Comitê. Então acho que precisamos ser transparentes nesse sentido, o Comitê ele tem um discussão aí se ele é administração pública, se ele é um ente difuso. Embora tenha esta discussão sobre que ele não tem personalidade jurídica, ou que não interessa para o polo passível de uma ação civil pública, isto não tem o menor interesse. O que interessa é nos sabermos se realmente o Comitê de Bacias ele vai entrar nos autos, porque ele é réu, ele foi colocado como réu e o Juiz não eliminou ele do polo passivo. Então queremos saber se a representação do Comitê de Bacias vai se defender nos autos ou não. O Doutor Plinio, por mais que ele tenha vindo aqui, ai vou para o item quatro, ele é parcial, ele está dentro deste processo para ir absolutamente contra. Então, nós tivemos aqui duas reuniões com o Comitê de Bacia com um dos lados da moeda, que é o Procurador que está nos autos, e que por escrito lá diz que o MP está sem nenhuma razão e pede a improcedência. Então, o que eu gostaria de propor é que nós tenhamos também o outro lado da moeda, eu acredito que o Ministério Público, até por ser um defensor da lei e não tem interesses também, eu acredito que seja de bom tom, já que nós trouxemos duas vezes a parcialidade de um dos lados da moeda, que nós tragamos pelo menos uma vez a Doutora Flávia Maria Goncalves, que é a promotora que ajuizou a ação civil pública. Acho que precisamos dos esclarecimentos dos dois lados, para entender exatamente como funciona. A ação não está caminhando porque o Comitê ainda não se manifestou, está ausente nos autos. Então isso é atualização processual que tenho para trazer para os senhores, o processo caminha ordinariamente nos seus prazos, mas está para vencer o prazo para o Comitê se manifestar. A proposta que tenho para os senhores é, primeiro que aqui nesta Plenária nós possamos saber e conhecer exatamente qual é o posicionamento do Comitê dentro dessa ação, isto é para já. E propor, se os senhores querem conversar ou impreterivelmente na pauta da próxima reunião, e aí dá tempo de eu passar tudo por escrito aos senhores, para que possamos votar, primeiro a composição das Câmaras, que deve seguir a ordem liminar; e segundo a Deliberação 40/2002, artigo segundo, parágrafo primeiro, que diz que as entidades indicarão **titulares e respectivos suplentes**. Se nós vamos alterar isto para poder manter esse mix de titulares e suplentes de



C B H - B S  
comitê da bacia  
hidrográfica da  
baixada santista

## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DA BAIXADA SANTISTA

entidades diferentes; ou se nós vamos refazer as votações. Isto é um fato, não adianta dizer que vamos ter que fazer tudo de novo, eu explico por que, caso nós não façamos isso, nós corremos o risco de todas as nossas atividades serem declaradas nulas. Então a CEJUR está aí justamente para orientar o que dever ser feito de acordo com as determinações judiciais e de acordo com as normas que estão aqui existindo. Então, não quisermos seguir o que está escrito, nós precisamos alterar isso, então por isso que acho que são pautas importantes ou para definirmos hoje, ou a critério dos senhores eu encaminho por escrito e pautamos para a próxima reunião. **Sr. Celso:** Boa tarde a todos, aproveitando que a Doutora Luciana está presente, eu tenho uma dúvida de caráter jurídico, que é a questão da possibilidade do Comitê de Bacia, como um ente do Governo do Estado, mas sem personalidade jurídica de se representar em juízo, e quem é que tem a competência, já que se trata de um colegiado para contrapor o tipo de defesa, o ponto de vista, porque me parece que o Comitê como colegiado teria que deliberar. A Sra. M<sup>a</sup> Emília, pela ordem, diz: Senhor Presidente, este assunto não entrou em discussão, foi feito um comunicado pela doutora Luciana, que solicitou um espaço, não está na pauta de hoje, e ela já sabendo disso, gentilmente colocou que esta discussão iria para a próxima reunião. E agora nós estamos entrando... Doutora Luciana estou com a palavra eu lhe ouvi o tempo inteiro. **Sra. Luciana:** Você pegou a palavra, não era sua. **Sra. M<sup>a</sup> Emília:** Pela ordem eu falo a hora que eu quiser, doutora Luciana. **Sra. Luciana:** Idem. **Sra. M<sup>a</sup> Emília:** Então, eu acho Presidente, que este assunto antes de mais nada, antes de qualquer indagação de nós todos que estamos com a mão levantada, tem que ser colocado se discussão vai ser feita hoje ou na próxima reunião. É este meu pedido de ordem. **Sra. Luciana:** Vou esclarecer para o Celso. **Sr. Celso:** A palavra é minha. **Sr. Nelson:** Celso, você quer completar seu raciocínio? **Sr. Celso:** Sim. Só fiz uma pergunta... **Sra. M<sup>a</sup> Emília:** Eu vou ser contra a continuidade de conversa antes de ser votado isso, Celso, desculpe-me, por todo respeito com você, enquanto não for votado. Nós não podemos continuar Presidente, você não está conduzindo corretamente a reunião. **Sr. Rui:** Eu acho que doutora Luciana veio para dar uma aula jurídica e não para discutir meio ambiente ou Comitê de Bacia, estou aqui neste Comitê desde 1994 discutindo bacia hidrográfica, meio ambiente e não para ver questão de legislação. Se essa Luciana, nego-me a chamar de doutora, porque se for o caso todos nos somos doutores, estamos aqui para discutir meio ambiente, questões hidrográficas. Se ela quer discutir, ela que vá para uma Câmara Técnica. Ninguém vai se negar que ela vai discutir ou vai entrar numa Câmara Técnica. Eu acho um absurdo este tipo de discussão, porque no momento que vai se discutir na Câmara de Planejamento uma questão técnica, ou questão de meio ambiente, questão de educação, ninguém aparece para dar contribuição. Agora fica num blábláblá de querer dar demonstração de conhecimento de jurídico, que não leva a p\*\*\*\* nenhuma. Entendeu? Nós vamos a lugar nenhum com este papo furado. **Sr. Nelson:** Tudo bem, Rui. Entendemos a sua indignação aqui, mas é o seguinte, nós estamos dentro de uma plenária que todos tem direito a voz. **Sr. Rui:** Não dá para continuar com esse papo furado. **Sr. Fabrício:** Protesto a grosseria deste senhor. **Sr. Nelson:** Fabrício, aguarde o seu momento. **Sr. Rui:** Da onde apareceu esta mulher, p\*\*\*\*? **Sr. Valdir:** Pessoal, vamos falar um de cada vez e cortar o microfone, porque não se entende nada, está todo mundo falando ao mesmo tempo. **Sr. Márcio:** Nelson, você tem o controle do microfone, vai cedendo e vai cortando a voz. **Sr. Celso:** Gostaria de continuar a minha colocação em assuntos gerais. Não estou polemizando, não estou discutindo, só acho como a ação judicial está parada porque o Comitê não se manifestou, eu acho que o Comitê não tem



C B H - B S  
comitê da bacia  
hidrográfica da  
baixada santista

## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DA BAIXADA SANTISTA

condições jurídicas de se manifestar porque não é pessoa jurídica. Acho que deveria ser informado ao Douto Juiz que nós não vamos nos manifestar pela Senhora Raquel Presidente do Comitê. Se alguém for contrário, que coloque como é que Comitê vai se comunicar. Se todo mundo for a favor, por favor manifeste ao Juiz, porque nós não vamos nos manifestar. Mas quero continuar a minha colocação, nada mais disso, o que quero dizer é que todas as questões sobre reforma de Estatuto, reforma regulamento, voltado à condição da solução da ação judicial, se nós devemos seguir a lei estadual ou federal, devemos aguardar a solução do Juiz, porque não é certo que devemos seguir a lei federal. O Comitê do Alto Tietê já perdeu, o pessoal que colocou essa ação, eles já perderam essa ação, não é só o Comitê de Piracicaba que ganhou essa ação, o Alto Tietê perdeu. Há outras interpretações, há controvérsias, então vamos aguardar a solução, é cedo para modificarmos. Nós que participamos da Câmara Técnica da Comissão Especial de Assuntos Jurídicos podemos discutir qual é a dimensão, quais são as consequências de fazer isso. A doutora Luciana colocou uma questão que é a reforma do regulamento interno porque tem um clausula primeira que é confusa, eu acho a Câmara Jurídica deve apresentar uma proposta de mudança do Comitê e da forma regular, da forma que está prevista em nosso regulamento, e isso ser apreciado no devido tempo, e na forma correta, dentro do Estatuto numa reunião plenária. Ela só apontou que existem algumas coisas a serem acertadas, e a Comissão está estudando a questão do regulamento, essa é a segunda colocação. A questão terceira, da Promotora de Justiça, o Ministério Público tem direito a voz nas reuniões plenárias, eu acredito que a doutora Promotora pode comparecer a qualquer tempo, em qualquer reunião plenária, e tem direito a voz. Então ela pode colocar os seus pontos de vista, e seus esclarecimentos serão bem vindos para que todos entendam a posição dela em relação à colocação. Quarta e último, a questão indígena envolve mudança do Estatuto, mudança do Estatuto só deve praticado depois de decidida a questão judicial, a mudança dos indígenas está prevista na lei federal e não está prevista na lei estadual. Então, devemos por enquanto seguir a lei que nos norteia, que é a estadual, com a exceção das duas questões colocadas, dos dois artigos que foram modificados pela liminar. Essa é minha posição e devemos aguardar, muito obrigado. **Sra. Luciana:** É muito importante, e eu gostaria que ficasse gravado, porque a responsabilidade do Comitê, ele vai perder o prazo para se defender do Ministério Público, é por isto que eu falei que a questão da pauta, é uma sugestão para próxima pauta, que vou apresentar por escrito. Ressalvei a questão do prazo na ação na ação civil pública, porque caso o Comitê não decida se vai se defender ou não, vai perder o prazo, porque foi citado, e vai perder na ação civil pública, sendo revel, favorecendo o que o Ministério Público está dizendo. É por isto que estou esclarecendo, acho que é de interesse do Comitê. Então, concordo com Maria Emília, muito obrigada pela sua colocação, realmente comentei que a pauta seria para eu enviar por escrito por uma plenária, por isto estou comentando com os senhores democraticamente numa reunião, mas a ressalva que fiz foi relacionado à ação civil pública, na qual o Comitê é réu, e como foi citado vai passar o prazo a revelia, sendo revel, e a fala do Ministério Público vai prevalecer, então é por isto que estou aqui democraticamente avisando isso ao senhores. No mais, gostaria de fazer uma perguntar muito importante ao Walter. Walter, esta reunião está sendo gravada? **Sr. Walter:** Sim, está sendo gravada há duas horas. **Sra. Luciana:** Muito obrigado. **Sr. Renan:** Pessoal, mais uma vez me identificando, Renan Ribeiro da Unisantia. Primeiro, gostaria de me solidarizar com a Luciana, eu acho que no mínimo a fala do Rui foi indelicada e deve um pedido de desculpas à doutora Luciana, porque ela está aqui como



C B H - B S  
comitê da bacia  
hidrográfica da  
baixada santista

## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DA BAIXADA SANTISTA

representante da Sociedade Civil, eleita pelo seus pares, então a entidade que ela representa, que a OAB foi eleita, ela está aqui representando a entidade, assim como esta Câmara Técnica ou a Comissão Especial Jurídica, na qual ela faz parte, então é por isto que ela está aqui. E a fala foi bem indelicada, acho que deve pelo menos um pedido de desculpas para ela. Com relação a esta questão é importante discutirmos agora essa questão que ela trouxe, é evidente que não vamos tomar uma decisão agora porque não estava o item de pauta, e isso será pautado na próxima reunião plenária para que todo mundo possa ter ciência e tomar uma decisão, este é um ponto. Com relação, e aí com relação à questão das Câmaras Técnicas, trago uma proposta para já ser discutido então na próxima plenária, é que levando em consideração que tem que ter essa paridade da Sociedade Civil, e uma vez que já foram eleitas no caso das composições que tem cinco representantes, já foram eleitos dez representantes da Sociedade Civil nas Câmaras Técnicas, a minha sugestão é que, esses dez representantes eleitos, eles fiquem como titulares, assim vai manter a paridade entre Governo Estadual, Governo Municipal e Sociedade Civil, cada um com dez, e indiquem os seus suplentes, as próprias entidades indiquem seus suplentes, assim não temos necessidade de fazer alteração em Estatuto e etc. Então, só vamos manter a paridade, deixando dez titulares da Sociedade Civil na Câmara técnica, esta é minha proposta para que seja discutida na próxima reunião plenária. Com relação à questão indígena, já na reunião passada eu tinha me manifestado a favor, está em ata inclusive que aprovamos, que houvesse a discussão dessa questão. Entendo que tem que haver mudança no Estatuto e etc., mas num primeiro momento enquanto não se faz essa revisão do Estatuto. Aí a minha proposta também é que, nós temos vagas na composição da plenária do Comitê de Bacia, por exemplo, tem vaga aqui nas entidades, usuários de água, uso doméstico final, entidades comunitárias, movimentos populares e etc. Então, tem um vaga de suplência, não só nesta categoria, mas em outras categorias tem vagas também. O cadastro ele é aberto, pode ser feito cadastro de qualquer entidade a todo tempo, havendo o desejo da entidade de participar, ela se cadastra, podemos verificar possibilidade de abrir uma nova eleição para preencher essas vagas remanescentes. E aí a entidade que tem, não só a entidade indígena, mas como todas as entidades elas vão poder concorrer a essas vagas remanescentes. Então, esta é a minha proposta, se isto for possível, reabrimos o processo eleitoral para que seja preenchidas essas vagas remanescentes. Esta é a minha fala, obrigado a todos. **Sr. Walter:** Nelson, agora a sequência é o Sidney e a Maria Emília. **Sr. Sidney:** Só para esclarecer a doutora, tentei entrar em contato com o doutor Plínio, infelizmente ele está de férias, possivelmente ele não tenha entrado com esse recurso, como a senhora disse mesmo. Vou entrar em contato com ele novamente, vou ver se consigo resolver esse caso, por que até agora ele não resolveu essa solicitação em relação ao Comitê. Eu acho que já tivemos uma discussão a respeito disso na reunião anterior, que ficou talvez acordado de certo modo, que se tocar essa ação para frente com o doutor Plínio, porque se não ele não teria dado entrada, simplesmente manteria a decisão e já resolveria de vez a situação. Ele deu entrada, está em andamento com a ação, acho que o Comitê naquele momento ele acordou que iria entrar com a ação de certo modo contra a liminar, por isto que está tendo essa ação. De certo modo, acho que temos que aguardar uma decisão em relação à liminar, que até agora não teve nenhuma resposta, para que possamos dar andamento se vai ou não de certo modo fazer as adequações que realmente precisam ser feitas, mas os dois pontos que foram solicitados já foram acertados. Agora o restante temos que aguardar a decisão da liminar, se vai ou não vai de um lado ou para outro. Nós temos uma situação que não



C B H - B S  
comitê da bacia  
hidrográfica da  
baixada santista

## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DA BAIXADA SANTISTA

é só os indígenas que estão pedindo assento na Câmara, acabei de receber um comunicado, inclusive até publicado em Diário Oficial que a Secretaria de Agricultura quer um assento no Comitê. Como que resolvo isso? Então, são várias entidades que estão vindo buscar assentos no Comitê, precisamos um regramento para fornecer esses assentos para essas pessoas, até que tenhamos uma certa decisão com as mudanças que precisam ser feitas. Porque são várias entidades que estão buscando, não é só os indígenas, precisamos resolver esta situação. Mas não pode a todo momento ficar mudando, precisando seguir uma regra clara, estamos cumprindo a regra no momento, e vamos ver como vamos seguir. Essa ordem está vindo de cima para baixo de nós, somos representante do CRHI, então de certo modo estamos seguindo regramento deles. Não tenho mais o que falar, é isso. Sr. Nelson: Muito Obrigado, Sidney. Estou vendo que as demandas não param por aí, estamos vendo que o nosso Comitê está sofrendo algumas pressões para participação. Eu até acho que é por questões de projetos, se as pessoas quiserem ter acessos a recursos, como é o caso de muitas entidades que estão querendo acessar, que façam projetos, e tenha quem os elabore e quem os apresentem. Nós somos apenas, como o Sidney um dia falou, achei até interessante, o banco, o agente que analisa toda a documentação para dar o crédito requerido dentro das normas requeridas do manual do procedimento, e as deliberações que nós fazemos, inclusive trabalhamos muito para ajustar os projetos para que todos que apresentaram tivessem oportunidade de conseguir seu recurso. Sr. Sidney: Só para esclarecer para o Renan. Renan, em relação aos indígenas, eles já tiveram assento dentro do Comitê e segundo o que consta houve um desinteresse da parte deles uma certa época no Comitê e eles sumiram do Comitê, eles já tiveram assento lá trás, só que não acompanhavam o andamento do Comitê, não sei o que aconteceu no meio do caminho, e desapareceram. E aí o que possivelmente aconteceu lá atrás no passado, foi substituído por outra entidade. Só para deixar claro para você, eles já tiveram assento aqui, não é a primeira vez que eles estão pedindo, só isso. Sra. M<sup>a</sup> Emília: Primeiro queria começar como mulher, solidarizar-me com a Luciana, por que eu acho todas as pessoas tem direito de falar o que pensam e o que acham, acho que de repente algumas coisas, talvez até por ser nova no Comitê, podermos até ter divergências, mas não acredito que o Rui tenha feito isto de livre espontânea vontade, eu conheço o há muitos anos, eu sei que o Rui não é desse tipo de agressividade. Mas de qualquer forma Rui, eu acho que a doutora Luciana merece o respeito, principalmente como mulher como eu. Outra coisa que eu queria dizer é o seguinte, vamos pontuar. Doutora Luciana, o nosso representante do Comitê, quem nos defende é o nosso Procurador que já esteve aqui conosco, isto é como Sidney colocou, isso é uma coisa que extrapola da nossa vontade, é assim que funciona hoje. Muita coisa hoje achamos que pode ser mudado junto aos Comitês, mas existe uma lei. Então, o que nós temos que trabalhar, que já está sendo feito, tem vários grupos já se debruçando em cima disso é alterar a lei, para alterar essa lei é junto à Assembleia Legislativa. Em relação à mudança do nosso Estatuto, só pode ser realizado após a assinatura de 50% dos membros mais um, que podemos mexer com o nosso Estatuto, alterar o Estatuto. Quanto ao Regimento das Câmaras, há muitos anos nós estamos tentando fazer que isso ocorra, só que até o momento nós não conseguimos fazer. Quanto ao grupo jurídico, ele foi criado na realidade para esclarecer as dúvidas que tivessem junto aos procedimentos técnicos. Então, por exemplo, nós temos algum processo, alguma solicitação de recursos do FEHIDRO, houve um recurso, e era para isso que foi criado originalmente, então na realidade ela funciona acionada pela plenária do Comitê. Lógico que é muito bem vinda, as preocupações, os estudos, só que a



C B H - B S  
comitê da bacia  
hidrográfica da  
baixada santista

## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DA BAIXADA SANTISTA

*legislação infelizmente, a legislação de recursos hídricos é muito complicada, nós estamos aqui desde a formação, nós trabalhamos na formatação dos Comitês, eu sou uma que trabalhei, o Celso também, somos arcaicos sim nessa coisa. E ainda brincamos que temos um linguajar próprio. Tem gente que vem conversar conosco e fala - Mas que idioma vocês estão falando? De tão dentro que estamos dentro de tudo isso. Então, acho que toda contribuição é bem-vinda, mas não acho que devemos bater hoje em algo que não vamos conseguir mudar. Então quem está representando o Comitê, nós temos um representante, ele está manifestando a vontade do Comitê. Realmente o Alto Tietê entrou com ação e perdeu, eu sou membro do Alto Tietê, eu pertencço ao Conselho de Recursos Hídricos, sou do CORHI também, nós temos trabalhado muito, muito, vocês não podem imaginar o quanto temos trabalhado para mudar o manual de procedimentos operacionais, para facilitar mais a tomada de recursos, hoje nos temos o PA-PI, que é Plano de ação e Plano de Investimento, para deixar mais claro onde todo mundo aqui participa, quem é da Câmara de Planejamento participa de tudo, para tentarmos ajudar. O que queremos realmente que o recurso hídrico da nossa região melhore muito. A Sociedade Civil tem vida própria, ela tem um fórum dela que decide, nós, o Comitê só recebe as inscrições, quem decide quem vai participar ou não, o Celso, vou deixar para o Celso falar mais sobre isso, porque ele preside há muitos anos isso, é quem decide quem vai participar ou não, quem vai ser titular, quem vai ser suplente. Então, quanto a ideia que alguém deu, desculpa, é que foi tanta gente que falou, da comunidade indígena voltar a participar, que ela já fez parte do nosso Comitê, foi na época do Ernesto, se não me engano, lá em Itanhaém, aí é uma decisão de vocês, o Comitê não se mete. Da mesma forma que o Comitê não se mete na indicação do Estado, na se mete na indicação dos municípios, também não se mete na indicação da Sociedade Civil. Então, vocês podem se acertar, se acertem entre vocês, que nós só vamos ter que acatar. Agora, quanto à paridade, essa paridade não pode existir, nem nas Câmaras e muito menos na plenária, até ser julgado, apesar de ter dois genros advogados, eu não tenho esses termos muito bons, mas sei que até ser julgado tudo isso. Então, para resumir a história, eu acho que é prematuro trazermos uma conversa nesse sentido agora, porque Renan não dá para fazer isso agora, nós temos que dar tempo ao tempo. Gente, a Sociedade Civil tem participado, a Sociedade Civil tem colaborado muito. Nós até sentimos falta de outros membros da Sociedade Civil, a Universidade, Celso, a CIESP, o Nelson está direta com na Câmara de Planejamento, que é uma trabalho árduo, vocês nem imaginam o que é, quebramos grandes paus porque queremos dar um jeitinho de atender a todo mundo, mas acho que é uma questão de amadurecimento, nós estamos num período de amuderecimento. Queremos mudar a legislação estadual? Podemos sim. Como não? Mas vamos brigar no lugar certo, vamos fazer uma proposta junto ao Fórum Paulista de Comitês de Bacias, esse Fórum que hoje quem participa são os Secretários Executivos, eu acho que deve ser ampliado pelo menos a reunião neste momento remoto, não dá mais para ir pessoal. Viu Sidney, leva o recado, já fui Presidente do Fórum Paulista de Comitê, e nós sempre abrimos para participação de todos, porque acho que não são só os Secretários que tem que participar, mesmo porque nem sempre eles trazem aquilo que foi dito lá, ou o que foi decido para nós. Então, nós precisamos da Sociedade Civil, tanto que hoje quando temos projetos importantes nós temos que fazer audiências públicas, nós temos que ter a participação, nós temos que ter assento. A Sociedade Civil está também pleiteando ao Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista, onde também sou membro. Em termos de apaziguar um mal estar criado, uma situação, vamos ter calma, vamos trabalhar, mas tudo na hora certa. Se*



C B H - B S  
comitê da bacia  
hidrográfica da  
baixada santista

## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DA BAIXADA SANTISTA

alonguei-me, vocês me perdoem, mas se esqueci alguma coisa também, desculpem, mas queria deixar claro isso. **Sr. Rui:** Doutora Luciana, queria fazer uma autocrítica com relação ao meu procedimento, ao meu comportamento com relação à senhora, realmente extrapolei todas as medidas. Mas isso de fato tem uma justificativa, aliás, não tem justificativa. Mas ocorre, que estou no Comitê desde do primeiro dia da sua existência em 1994, quando nenhum de vocês pertencia a este Comitê. Então passei pelo Comitê... Aliás, a Maria Emília está apontando realmente eu a Maria Emília fomos os primeiros deste Comitê, parece que a Wanda também estava presente. Então, passei pelo Comitê por tudo que você possa imaginar, passei por tudo que foram pessoas, boas intenções. Lembro-me que tinha um elemento no começo, um tal de Condesmar, que conseguia tumultuar tudo quanto era reunião que nós fazíamos no Comitê de Bacias. E na realidade nesses 20 tantos anos poucas pessoas apareceram trazendo projetos que desenvolveram o Comitê de Bacias. Então, esta é a minha angústia real, quero trazer coisas para o Meio Ambiente, projetos para Recursos Hídricos. Enfim, tudo que envolve interesses para o Comitê de Bacias. Então, quando a senhora começou fazer a explanação de assunto jurídico, eu realmente não me agüentei, vamos tratar disso num outro Fórum, num outro momento, numa outra situação e vamos nos dedicar a discutir questões do meio ambiente. Como o Renan falou, existem vagas nas Câmaras Técnicas, se vocês quiserem participar, quem quiser participar é só entrar. Quer trazer projeto? Qualquer sociedade, qualquer entidade que queira trazer projeto para o Comitê de Bacias pode trazer projetos, o Comitê de Bacias não é uma confraria, não é uma sociedade fechada que não aceita projeto. Então nós não estamos fechados a isso aí. Eu queria pedir de todo coração desculpa ao me extrapolamento, mas é que de fato desde 1994 que a gente vem lutando para conseguir coisas boas para o Comitê de Bacias. Eu fico angustiada em ver coisas que vão tumultuando e dificultando o avanço do Comitê. Então só queria entender isso, peço humildemente desculpas. A Dra. Luciana (OAB-Santos) Comunica sobre a composição das Câmaras Técnicas e das Comissões, que devem seguir a ordem liminar, que não pode contrariar naquilo que o Comitê é exigido. Também destacou a questão da Sociedade Civil, que pela regra o entendimento é que titular e suplente serão da mesma entidade. Sugere colocar pauta da próxima plenária se mantém como está, ou se muda esta regra para que seja abrangido Sociedade Civil, ue possa ser de entidades diferentes o suplente em relação ao titular. Então é o segundo ponto. Outro ponto que ela mencionou foi relacionado à ação civil pública, sobre a liminar, destacou que a ação civil pública aguardando o prazo de defesa para o Comitê e também saber se a representação do Comitê de Bacias vai se defender nos autos ou não. Destacou também que a ação não está caminhando porque o Comitê ainda não se manifestou, está ausente nos autos e que o prazo para o Comitê se manifestar está para vencer. Propõe conversar na pauta da próxima reunião, encaminhar para votação primeiro a composição das Câmaras, que deve seguir a ordem liminar; e segundo a Deliberação 40/96, artigo segundo, parágrafo primeiro, que diz que as entidades indicarão titulares e respectivos suplentes. Alerta que não seja feito, o Comitê corre risco todas atividades serem declaradas nulas. O Sr. Rui (PM de Praia Grande) discorda da fala do doutora Luciana, acha que não é o momento e se altera em sua fala. Sr. Celso (Rotary Clube de Cubatão) coloca que a ação judicial está parada porque o Comitê não se manifestou porque o Comitê não tem condições jurídicas de se manifestar porque não é pessoa jurídica. Acha que deveria ser informado ao Douto Juiz. A Dra. Luciana destaca a importância porque é responsabilidade do Comitê, que vai perder o prazo para se defender do Ministério Público, e por isto que destacou a questão da pauta, que irá apresentar por escrito. Ressalvou a questão do prazo na ação civil pública, porque caso o Comitê não decida se vai se defender ou não, vai perder o prazo, porque foi citado, sendo revel. Sr. Renan (Unisantia) salienta que é a discussão do assunto trazido pela dr. Luciana é importante. Com relação à questão das Câmaras Técnicas trouxe uma proposta



C B H - B S  
comitê da bacia  
hidrográfica da  
baixada santista

## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DA BAIXADA SANTISTA

para já ser discutida na próxima plenária, levando em consideração que tem que ter paridade da Sociedade Civil, e uma vez que já foram eleitas no caso das composições que tem cinco representantes, já foram eleitos dez representantes da Sociedade Civil nas Câmaras Técnicas, sugeriu esses dez representantes eleitos fiquem como titulares, assim vai manter a paridade entre Governo Estadual, Governo Municipal e Sociedade Civil, cada um com dez, e indiquem os seus suplentes. Com relação à questão indígena, disse entende que tem que haver mudança no Estatuto, propõe abrir uma nova eleição para preencher as vagas remanescentes. O Secretário Executivo esclarece à dra. Luciana que tentou contato com o doutor Plínio e que não teve êxito, que vai entrar em contato com ele novamente para resolver. Destaca também que são várias entidades que estão vindo buscar assentos no Comitê, que é preciso regramento para fornecer esses assentos. Também esclarece para Sr. Renan em relação aos indígenas, que eles já tiveram assento dentro do Comitê e segundo consta houve desinteresse da parte deles, e eles sumiram do Comitê. A Sra. M<sup>a</sup> Emília solidariza-se com a Dra. Luciana, e que a mesma merece respeito. Pontuou também que o representante do Comitê, que o defende é o Procurador, e que isso é uma coisa que extrapola, e é assim que funciona hoje, que existe uma lei. Destacou que estão trabalhando, que tem vários grupos já se debruçando, e que para alterar essa lei é junto à Assembleia Legislativa. Salientou também que em relação à mudança do Estatuto, só pode ser realizado após a assinatura de 50% dos membros mais um. Também quanto ao Regimento das Câmaras, que há muitos anos estamos tentando fazer que isso ocorra, só que até o momento nós não conseguimos fazer. Quanto ao grupo jurídico, ele foi criado na realidade para esclarecer as dúvidas que tivessem junto aos procedimentos técnicos. Quanto à paridade, mencionou que não pode existir, nem nas Câmaras e muito menos na plenária, até ser julgado. Acha que é prematuro trazer uma conversa nesse sentido agora. O Sr. Rui (PM de Praia Grande) pede desculpas à doutora Luciana, explica que o assunto trazido por ela deveria ser tratado num outro Fórum, num outro momento. Que deveriam se dedicar a discutir questões do meio ambiente. A Sra. Wanda menciona que a Dra. Luciana os alertou para uma coisa que acontece no Comitê faz muito tempo, que ela tem razão nessa Deliberação. Em seguida pergunta se tem liquidez, ou se sobrou algum tipo de recurso, porque a Câmara técnica está com seu plano de comunicação, se existe liquidez, se vai ter uma segunda chamada, para que possam dar entrada em algumas coisas, porque tem gente que está querendo. O Presidente responde à Sra. Wanda que estão com uma administração judicializada, então está complicado para o Comitê, que essas questões precisam ser resolvidas, mas o foro acredito que seja o Procurador Geral, ele que vai trazer uma resposta ou dar andamento, porque não sabemos a que ponto estamos dessa questão do processo do Comitê. O Sr. Fabrício menciona que a doutora Luciana traz uma colaboração concreta, que o colegiado precisa se posicionar, e que o Colegiado é uma instituição à parte e o juiz colocou essa responsabilidade. Mencionou também que está na decisão judicial que a FUNAI tem que entrar. O Presidente esclarece ao Sr. Fabrício o seguinte, o que envolve o uso da água, que vem para Câmara de Empreendimento. Então o Comitê faz uma análise em relação ao uso da água de uma nova outorga ou que vai ser o uso múltiplo dessa água. Que devem aguardar, que colocação está correta de pedir reunião, mas ele acha que ainda não veio a demanda ao Comitê. O Sr. Fabrício esclarece que está demandado neste ato, que ele é da Câmara e que existem procedimentos no porto, que ele gostaria de saber, então ele pede que alguém reporte que a Câmara atendeu esse empreendimento. Informa que vai registrar formalmente na Secretaria Executiva. O Secretário Executivo responde a pergunta da Wanda em relação à educação ambiental, que o próximo pleito, que sobrou um fundo de caixa que precisam ser gastos, de buscar projetos que sejam bons para educação ambiental para que sejam aprovados e consigamos colocar em prática. Ele acha que vai dar para talvez fazer uma segunda chamada, que vai tentar contato com o Rui Brasil para ver a possibilidade de uma segunda chamada. Esclarece também ao Sr. Fabrício que uma coisa é Câmara e outra comissão, e que essa de Empreendimentos é uma Comissão Especial, ela é apenas acionada quando há um empreendimento que vai envolver os recursos hídricos, que a CETESB manda para análise e dar nossa opinião sobre aquele assunto, para ver qual será a interferência nos recursos hídricos,



C B H - B S  
comitê da bacia  
hidrográfica da  
baixada santista

## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DA BAIXADA SANTISTA

ouvir o que temos a dizer a respeito disso, e nós apenas fazemos a indicação de algumas ações que podem ser feitas naquele local. Em relação ao Itapanhaú, esclarecemos que já houve um parecer, que já saiu a outorga. E disse que em relação ao restante, que tem que aguardar a implantação das obras e como vão ficar. Quanto ao Itapanhaú já é caso vencido, temos só que seguir e verificar se eles seguiram o que foi sugerido. Em relação aos outros empreendimentos, temos que ser acionados antes. O Secretário Executivo destacou que o pessoal às vezes se inscreve nas Câmaras Técnicas, fazem maior algazarra para entrar na Câmara Técnica, depois nos dias das reuniões das Câmaras Técnicas não comparecem, somem, a Coordenadorias das CTs mandam e-mail e não comparecem. Destaca que se vier para somar, as portas das CTs estão abertas. O Presidente menciona que esse encaminhamento que a doutora Luciana colocou, o processo está em trânsito, que não foi julgado, e o momento de aguardar. Sr. Fabrício alerta ao Presidente um cuidado, ele achou que o encaminhamento, por mais que seja vontade da plenária, ele declara seu voto contrário, porque não foi essa a sugestão, que a Luciana está dizendo que o colegiado precisa se posicionar porque o juiz pediu. Então registrar o que ele entendeu, que seu voto é que colocássemos isso em votação, sobre nos posicionarmos ou não. Pede cuidado e zelo porque isso pode dar uma polêmica. Registra que ele entendeu bem. A Sra. M<sup>a</sup> Emília salienta ao Fabrício que estão sendo representados e estão respondendo sim, que quem fala pelo Comitê é o Procurador. Sr. Fabrício registra que isso não pode ser determinado dessa forma, porque não é isso que ele está falando. Está escrito nos autos que o colegiado tem que se posicionar, e que estão dando encaminhamento aqui formal, depois vai registrar em ata que o colegiado entendeu que o doutor Plínio pela PGE está representando o colegiado, não é verdade, nós temos uma instância". **6 – Encerramento** - Nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.

**Nelson Antonio Portero Junior**  
Vice-Presidente

**Sidney Felix Caetano**  
Secretário Executivo